

Submetido em 30/04/2009.

Aprovado em 24/06/2009.

150

A dinâmica do emprego e da desigualdade na renda do trabalho nos serviços do Rio Grande do Sul entre 1996 e 2005.

Valter José Stülp¹
Izete Pengo Bagolin²
Leonardo Amaral Scavoni³

RESUMO

O presente estudo analisa a dinâmica do emprego e da desigualdade na renda do trabalho nos serviços do Rio Grande do Sul entre 1996 e 2005. Para isso faz uso dos dados da RAIS (do Ministério do Trabalho e Emprego), do cálculo do índice de Gini e da estimação de regressões em Cross-section. Os resultados mostram que ocorreu aumento de 32% no emprego formal durante o período estudado. Olhando de forma desagregada, percebe-se que esses aumentos ocorreram, também, na maioria dos setores de serviços, com exceção de apenas dois. No entanto, isso não permite afirmar que houve desenvolvimento. Os aumentos do número de pessoas ocupadas ocorreram nas faixas salariais mais baixas - até dois salários mínimos. As reduções ocorridas foram nas faixas acima de cinco salários mínimos. Olhando para a escolaridade é possível perceber que reduziu o número de trabalhadores com ensino fundamental incompleto e aumentou o número de trabalhadores com ensino fundamental completo. Isso leva à conclusão de que a remuneração média, em número de salários mínimos, por nível de escolaridade tenha diminuído nesse período.

Palavras-chave: Desigualdade, emprego, serviços.

INTRODUÇÃO

Em países com alta desigualdade de renda, como é o caso do Brasil, a dinâmica da desigualdade torna-se um tema de interesse geral. O período pós-estabilização da economia brasileira mostra-se atípico na história do Brasil por ter provocado alterações nos indicadores de desigualdade de renda. O índice de Gini, considerado um dos indicadores mais estáveis do país, que em 1996 era de 0,602 caiu em 2005 para 0,569 mostrando uma queda importante na desigualdade. Essa informação,

¹ Professor do PPGE/PUCRS. E-mail. vstulp@pucrs.br

² Professora do PPGE/PUCRS. E-mail. izete.bagolin@pucrs.br

³ Graduando em Economia PUCRS. Bolsista financiado pela FAPERGS

apesar de positiva, não é suficiente para nos mostrar onde, como e quem foram os atingidos por essa redução, ou em quais unidades da federação isso ocorreu, tão pouco nos diz quais os setores que contribuíram para isso. Partindo dessas questões, esse trabalho busca explorar as alterações na desigualdade de renda e dinâmica do emprego nos serviços dentro do estado do Rio Grande do Sul. Esse tema justifica-se pela importância que os serviços exercem, uma vez que são os responsáveis pela maior parcela da população empregada. No entanto, nos serviços há diferentes setores que possuem características bastante diversas e demandam mão de obra com características e qualificações distintas. Em decorrência disso a análise é feita tomando como base os vários setores dentro dos serviços e fazendo a estratificação dos dados por faixa de renda (número de salários mínimos recebidos) e por nível de escolaridade.

A questão central desse estudo é entender a dinâmica do emprego e da desigualdade de renda e para isso busca-se identificar quais são os fatores (variáveis) responsáveis pelas variações nas desigualdades de renda. A estrutura do trabalho, além dessa introdução, contempla, na parte dois uma análise descritiva das características e mudanças no emprego dos setores dos serviços do Rio Grande do Sul. Na parte três são apresentados os procedimentos metodológicos para o cálculo do índice de Gini e para a estimação das regressões estatísticas. Na parte quatro são expostos os resultados do trabalho e, por fim, na parte cinco, são traçadas algumas considerações finais.

CARACTERÍSTICAS E MUDANÇAS DE 1996 A 2005 NO EMPREGO NOS SERVIÇOS DO RS

A Tabela 1 mostra que o número total de empregados assalariados, nos onze setores de serviços considerados, aumentou 32% de 1996 a 2005.

A Administração Pública e o Comércio de Varejo são os setores que empregaram o maior número de pessoas, tanto em 1996 quanto em 2005. Esses foram responsáveis por aproximadamente a metade dos empregos formais (48,9%) nos serviços em 2005.

Os setores em que o número de pessoas empregadas mais se elevou, em termos percentuais, de 1996 para 2005, foram a Administração Técnica Profissional, o Comércio de Varejo, e o de Alojamento, Alimentação e Mídia. Esses se destacam, dentre os onze, uma vez que a elevação percentual do emprego foi superior ao do total. Portanto, esses foram os únicos, dentre os onze setores estudados, em que a participação relativa no emprego total dos serviços aumentou de 1996 para 2005.

Os serviços com menor participação no emprego total são Instituições Financeiras e Serviços de Utilidade Pública, os quais tiveram, em 2005, uma

participação de, respectivamente, 2,6% e 1,4%. Esses foram os únicos setores em que o número absoluto de empregados assalariados diminuiu entre 1996 e 2005.

Tabela 1 – Número total e percentual (%) de trabalhadores assalariados em onze setores dos serviços do Rio Grande do Sul em 1996 e 2005 e sua variação percentual nesse período.

Setores.	1996		2005		Variação percentual de 1996 a 2005
	Total	%	Total	%	
Administração pública	354515	30,1	409727	26,4	15,6
Administração técnica profissional	92053	7,8	152548	9,8	65,7
Alojamento, alimentação e mídia.	116800	9,9	173215	11,2	48,3
Comércio de atacado	49451	4,2	63146	4,1	27,7
Comércio de varejo	213243	18,1	348798	22,5	63,6
Construção civil	63671	5,4	71328	4,6	12,0
Ensino	55284	4,7	66116	4,3	19,6
Instituições financeiras	46467	4,0	40932	2,6	-11,9
Medicina, odontologia e veterinária.	72522	6,2	93050	6,0	28,3
Serviços de utilidade pública	23691	2,0	21912	1,4	-7,5
Transporte e comunicações	88628	7,5	111912	7,2	26,3
TOTAL	1176325	100	1552684	100	32,0

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Na Tabela 2 vê-se como foram os aumentos nos números de empregados, por níveis salariais e níveis de escolaridade, no conjunto dos serviços do RS. Quanto aos níveis salariais, observa-se que somente ocorreram aumentos no emprego de trabalhadores que recebem até três salários mínimos. O maior aumento, em termos absolutos e relativos, ocorreu no emprego de trabalhadores que recebem de um a dois salários mínimos. As maiores reduções de empregos se verificaram nos níveis acima de cinco salários mínimos.

Quanto aos níveis de escolaridade, observa-se que de 1996 a 2005 houve redução no número de trabalhadores em todos os níveis que variam do analfabeto até a 8ª série incompleta. Por outro lado, o número de empregados aumentou em todos os níveis de escolaridade que vão da 8ª série completa até o superior completo. O maior aumento, tanto em termos absolutos (320.077) quanto relativos (170%), foi no emprego de trabalhadores com o 2º grau completo. Houve um elevado aumento no

emprego de trabalhadores com o curso superior completo (165.567 pessoas ou 151%).

Portanto, observa-se que, de 1996 a 2005, o aumento do emprego nos serviços ocorreu nos níveis salariais mais baixos, enquanto houve redução nos níveis mais elevados. Por outro lado, quanto à escolaridade, houve redução no número de trabalhadores empregados com escolaridade mais baixa, enquanto aumentou o emprego daqueles com escolaridade mais elevada. Isto leva à conclusão de que a remuneração média por nível de escolaridade tenha diminuído nesse período.

Tabela 2 – Número de trabalhadores de onze setores dos serviços do Rio Grande do Sul por nível salarial (em número de salários mínimos) e de escolaridade em 1996 e 2005 e sua variação percentual (%) nesse período.

Nível salarial	Ano		%	Escolaridade	Ano		%
	1996	2005			1996	2005	
Até 1,00	29521	50796	72	Analfabeto	16318	4092	-75
1,01 a 2,00	202644	568002	180	4ª série incompleta	78781	39221	-50
2,01 a 3,00	267133	347372	30	4ª série completa	138165	60329	-56
3,01 a 4,00	178609	174770	-2	8ª série incompleta	240579	174843	-27
4,01 a 5,00	114718	107633	-6	8ª série completa	237971	240735	1
5,01 a 7,00	130208	111071	-15	2º grau incompleto	103655	144705	40
7,01 a 10,00	99326	76648	-23	2º grau completo	187971	508048	170
10,01 a 15,00	69018	50736	-26	Superior incompleto	53256	105326	98
15,01 a 20,00	29850	22916	-23	Superior completo	109818	275385	151
Mais de 20	48850	31100	-38	Ignorado	9811	-	-
Ignorada	6448	11640	81				
TOTAL	1176325	1552684	32	TOTAL	1176325	1552684	32

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Observação: Os onze setores de serviços são os mesmos constantes na Tabela 1.

A Tabela 3 apresenta o número médio de salários mínimos recebidos, em 1996 e 2005, pelos trabalhadores dos serviços do RS por nível de escolaridade. Para se chegar a esses valores o procedimento utilizado foi como segue. Com base nos dados

da RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego, obteve-se o número de trabalhadores de cada setor de serviços por município, faixa salarial e por nível de escolaridade⁴. Para a estimativa do total de salários mínimos recebidos pelos trabalhadores com determinado nível de escolaridade considerou-se para cada faixa salarial um número médio de salários mínimos equivalente ao ponto médio dessa faixa. Assim, o número de salários mínimos (SM) por trabalhador considerado nas faixas salariais referidas é: 1) 0,25 SM; 2) 0,75 SM; 3) 1,25 SM; 4) 1,75 SM; 5) 2,5 SM; 6) 3,5 SM; 7) 4,5 SM; 8) 6,0 SM; 9) 8,5 SM; 10) 12,5 SM; 11) 17,5 SM; 12) 25 SM. Com relação a essa última faixa, como não existe um limite superior, escolheu-se arbitrariamente o valor de 25 SM. A influência dessa faixa sobre o valor total é pequena, pois o número de trabalhadores recebendo mais de 20 SM não é significativo.

Multiplicando o salário médio, em número de salários mínimos por faixa salarial, pelo número de trabalhadores da faixa respectiva e somando esses produtos sobre todas as faixas salariais, dentro de determinado nível de escolaridade, chega-se ao total de salários auferidos pelo conjunto dos trabalhadores com esse grau de instrução. A divisão desse total pelo número de trabalhadores fornece a estimativa do salário médio do trabalhador com essa escolaridade.

A Tabela 3 mostra que em todos os níveis de escolaridade o salário médio por trabalhador, em termos de números de salários mínimos, diminuiu de 1996 para 2005. A redução, em termos absolutos, foi maior para os trabalhadores com curso superior incompleto ou completo, o que em parte se explicaria pelo fato de os salários pagos, em 1996, para os trabalhadores com essa escolaridade terem sido os mais elevados. Em termos percentuais as maiores reduções de salários foram para os analfabetos e para os trabalhadores com uma escolaridade que varia da 8ª série completa até superior incompleto.

O número de analfabetos diminuiu no período (Tabela 2). Assim, com a redução da oferta dessa mão de obra a sua queda no salário poderia ser explicada pela maior redução na sua demanda, ou seja, os trabalhadores sem escolaridade se tornaram prescindíveis no emprego formal nos serviços. A oferta de mão de obra com escolaridade de 8ª série completa e superior aumentou no período (Tabela 2). Assim a queda no seu salário poderia ser devido ao fato de a demanda por essa mão de obra crescer a um ritmo menor do que a oferta.

Tabela 3 – Número médio de salários mínimos recebidos pelo trabalhador assalariado nos serviços do Rio Grande do Sul em 1996 e 2005 e variação em termos absolutos e percentuais.

⁴ Há um total de doze faixas salariais consideradas que, expressas em salários mínimos, são as seguintes: 1) até 0,50; 2) de 0,51 a 1,00; 3) de 1,01 a 1,50; 4) de 1,51 a 2,00; 5) de 2,01 a 3,00; 6) de 3,01 a 4,00; 7) de 4,01 a 5,00; 8) de 5,01 a 7,00; 9) de 7,01 a 10,00; 10) de 10,01 a 15,00; 11) de 15,01 a 20,00; 12) mais de 20,00 salários mínimos.

Nível de escolaridade	Número médio de salários mínimos por trabalhador		Variação	
	Ano de 1996	Ano de 2005	Absoluta	Percentual
Analfabeto	3,65	1,96	-1,69	-46,40
4ª série incompleta	3,46	2,39	-1,07	-30,91
4ª série completa	3,86	2,51	-1,35	-35,05
8ª série incompleta	4,14	2,51	-1,63	-39,53
8ª série completa	5,31	2,60	-2,71	-51,11
2º grau incompleto	4,56	2,51	-2,05	-45,00
2º grau completo	5,87	3,20	-2,67	-45,43
Superior incompleto	8,57	4,64	-3,93	-45,85
Superior completo	11,23	8,14	-3,09	-27,52
Total	5,46	3,89	-1,57	-28,70

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Na Tabela 4 são detalhadas as mudanças salariais, de 1996 a 2005, por nível de escolaridade, em relação a cada um dos onze setores de serviços. Considerando, inicialmente, os salários médios totais de cada setor, verifica-se que as maiores reduções percentuais ocorreram em Transporte e Comunicações (-42%), Administração Técnica Profissional (-34%), Comércio de Varejo (-34%), Instituições Financeiras (-32%) e Comércio de Atacado (-30%). As menores reduções percentuais nos salários totais médios do setor ocorreram no Ensino (-11%) e na Administração Pública (-14%).

Tabela 4 – Salário médio dos trabalhadores (em salários mínimos) em onze setores dos serviços no RS, por nível de escolaridade, e sua variação percentual (VP) de 1996 a 2005.

Setores de serviços	Ano e VP	Nível de escolaridade									Total
		Analf.	4ª SI	4ª SC	8ª SI	8ª SC	2º GI	2º GC	SI	SC	
Administração pública	1996	3,28	3,68	4,53	5,27	7,29	6,40	5,35	7,14	9,83	6,17
	2005	2,28	2,63	2,66	3,10	3,50	4,00	4,31	5,41	7,59	5,28
	VP	-31	-29	-41	-41	-52	-37	-20	-24	-23	-14
Administração técnica profissional	1996	2,80	2,96	3,14	3,51	3,92	3,51	4,83	7,41	13,09	4,54
	2005	1,85	2,09	2,29	2,31	2,35	2,33	2,71	3,85	8,15	2,99
	VP	-34	-29	-27	-34	-40	-34	-44	-48	-38	-34
Alojamento, alimentação e mídia.	1996	3,19	2,90	2,36	2,50	2,75	3,28	4,24	6,22	9,22	3,40
	2005	1,65	1,72	2,19	1,77	1,82	1,89	2,47	3,78	6,88	2,64
	VP	-48	-41	-7	-29	-34	-42	-42	-39	-25	-22
Comércio de atacado	1996	2,79	3,31	3,44	3,44	3,77	3,98	5,29	7,96	12,06	4,37
	2005	1,88	2,11	2,37	2,37	2,46	2,49	2,94	4,55	8,31	3,07
	VP	-33	-36	-31	-31	-35	-37	-45	-43	-31	-30
Comércio de varejo	1996	3,18	3,04	3,03	3,03	3,18	3,32	4,07	5,68	7,67	3,50
	2005	1,73	2,03	2,11	2,08	2,10	1,97	2,27	3,16	5,50	2,31
	VP	-46	-33	-30	-31	-34	-41	-44	-44	-28	-34
Construção civil	1996	2,94	3,11	3,32	3,32	3,68	3,56	5,03	5,97	11,99	3,60
	2005	2,04	2,54	2,55	2,58	2,67	2,72	3,22	4,07	8,23	2,90
	VP	-30	-18	-23	-22	-27	-24	-36	-32	-31	-19
Ensino	1996	4,30	3,93	3,92	4,53	6,18	4,11	4,94	6,14	9,15	6,92
	2005	2,55	3,20	2,65	3,02	2,76	2,60	3,08	3,74	8,45	6,16
	VP	-41	-18	-32	-33	-55	-37	-38	-39	-8	-11
Instituições financeiras	1996	10,75	6,42	6,11	6,69	10,00	11,18	12,91	14,96	17,27	14,10
	2005	2,31	5,39	3,67	3,90	6,18	7,52	7,34	8,14	11,64	9,55
	VP	-78	-16	-40	-42	-38	-33	-43	-46	-33	-32
Medicina, odontologia e veterinária.	1996	3,81	4,01	3,93	3,76	4,72	4,16	4,89	5,82	13,71	5,63
	2005	1,94	2,78	2,72	2,53	2,80	2,72	3,13	3,76	9,98	4,24
	VP	-49	-31	-31	-33	-41	-35	-36	-35	-27	-25
Serviços de utilidade pública	1996	4,35	4,97	6,74	7,36	8,11	9,01	10,51	9,74	16,26	9,03
	2005	2,26	2,49	3,75	3,67	4,81	6,35	7,36	7,78	10,82	6,82
	VP	-48	-50	-44	-50	-41	-29	-30	-20	-33	-25
Transporte e comunicações	1996	6,73	4,69	5,24	5,46	5,61	6,35	8,21	11,26	15,28	6,39
	2005	1,48	2,98	3,31	3,26	3,26	3,08	3,59	5,16	9,98	3,70
	VP	-78	-36	-37	-40	-42	-51	-56	-54	-35	-42

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Observação: Os níveis de escolaridade acima são: analfabeto (analf); 4ª série incompleta (4ª SI); 4ª série completa (4ª SC); 8ª série incompleta (8ª SI); 8ª série completa (8ª SC); 2º grau incompleto (2º GI); 2º grau completo (2º GC); superior incompleto (SI); e superior completo (SC).

Com relação aos salários médios por nível de escolaridade, dentro de cada setor, observa-se que as maiores reduções percentuais, geralmente, ocorreram para os trabalhadores com grau de instrução entre 8ª série completa e superior incompleto. Em alguns setores também houve grandes reduções percentuais em números de salários dos analfabetos. Portanto, o comportamento salarial dentro de cada setor de serviços, de 1996 a 2005, é semelhante ao do conjunto dos serviços, ou seja, reduções percentuais maiores para os analfabetos e para os trabalhadores com escolaridade entre 8ª série completa e superior incompleto.

Em função dessas mudanças nos níveis de escolaridade e de salários dos trabalhadores dos setores de serviços, de 1996 a 2005, pergunta-se se houve uma convergência para uma distribuição mais uniforme nessas duas variáveis. Essa pergunta pode ser respondida através do cálculo de índices de Gini da distribuição dos salários e dos níveis de escolaridade. Segue a metodologia utilizada no cálculo dos índices de Gini.

METODOLOGIA

Cálculo do índice de Gini da distribuição dos salários dos trabalhadores dos setores de serviços

Calcula-se, inicialmente, o índice de Gini da distribuição dos salários dos trabalhadores dos serviços do Rio Grande do Sul, em relação ao total do Estado, para cada um dos onze setores.

Para cada setor calcula-se a proporção π_h de trabalhadores da h-ésima faixa salarial com base no número absoluto de trabalhadores nessa faixa e no total dos trabalhadores do setor nas doze faixas.

Para cada setor estima-se o valor total dos salários dos trabalhadores de cada faixa salarial pressupondo que o salário médio da mesma corresponda ao ponto central da faixa, conforme visto no item anterior. Multiplica-se esse salário médio pelo número de trabalhadores situados nessa faixa. Com base nesses produtos, por faixa, e no total geral dos salários do setor no Estado calcula-se a proporção dos salários X_h na h-ésima faixa em relação a esse total estadual.

A seguir calcula-se o somatório ϕ_h das proporções salariais até cada faixa h.

$$\phi_h = \sum_{j=1}^h X_j$$

Segundo Hoffmann (1998, cap.16), sendo ϕ_{h-1} o somatório das proporções salariais até a faixa anterior a h , calcula-se o índice de Gini da desigualdade entre as faixas salariais G_e como sendo igual a:

$$G_e = 1 - \sum_{h=1}^{12} (\phi_{h-1} + \phi_h) \pi_h$$

O índice de Gini G para o conjunto dos trabalhadores de cada setor de serviços no Estado é dado por $G = G_h + G_e$ onde G_h é o índice de Gini da distribuição dentro da h -ésima faixa salarial e G_e é o índice da desigualdade entre as faixas. Ao se considerar G_e como uma *proxy* de G está se supondo que exista perfeita igualdade na distribuição salarial dentro de cada faixa, ou seja, $G_h = 0$.

Da mesma forma se calcula o índice de Gini da distribuição dos salários para cada setor dentro de cada município. Assim, obtém-se um conjunto de dados em que as observações são os municípios em que o setor de serviços considerado tenha trabalhadores assalariados. Isto possibilita análises através de regressões estatísticas para explicar as variações do índice de Gini que tenham ocorrido de 1996 para 2005.

Para essas regressões estatísticas são considerados os valores de G_e da distribuição dos salários, em nível dos municípios, para os anos de 1996 (G_e1996) e 2005 (G_e2005). A variável explicada na regressão consiste no $\Delta G_e \text{salário} = G_e \text{salário}2005 - G_e \text{salário}1996$.

Cálculo do índice de Gini da distribuição dos anos de escola dos trabalhadores dos setores de serviços.

Os dados da RAIS informam o número de trabalhadores incluídos em cada um dos nove níveis de escolaridade. Calcula-se o índice de Gini da distribuição dos anos de escolaridade por setor de serviços. Para esse cálculo considera-se uma escolaridade média, ou seja, um número médio de anos de escola para o trabalhador em cada nível de escolaridade. O valor por nível de escolaridade corresponde ao número de trabalhadores incluídos no mesmo multiplicado pela escolaridade média nesse nível. Após, estima-se o total de anos de escola de todos os trabalhadores do setor pela soma dos totais em cada nível escolar. Dessa forma é possível avaliar como se distribuem os anos de escolaridade dos trabalhadores de um setor de serviços, entre os diversos níveis, através de um índice de Gini.

Os valores médios de anos de escolaridade considerados nesse estudo (entre parênteses) para os vários níveis de escolaridade são: analfabeto (0); 4ª série incompleta (2); 4ª série completa (4); 8ª série incompleta (6); 8ª série completa (8); 2º grau incompleto (9,5); 2º grau completo (11); superior incompleto (13); superior completo (15).

O índice de Gini da distribuição dos anos de escolaridade entre os trabalhadores é calculado da mesma forma que no caso da distribuição dos salários, detalhada acima. Obtêm-se os valores de G_e da distribuição dos anos de escolaridade, em relação a cada setor, para os anos de 1996 ($G_{e-escolaridade}^{1996}$) e 2005 ($G_{e-escolaridade}^{2005}$).

Regressões estatísticas.

Com a finalidade de encontrar elementos que auxiliem na explicação da variação do índice de Gini da distribuição dos salários, de 1996 a 2005, foi estimada uma regressão estatística para cada setor de serviços.

A variável explicada em cada regressão é a mudança ocorrida na distribuição dos salários, no período analisado, ou seja, o $\Delta Gini^5$. As variáveis explicativas são:

(1) as mudanças na participação dos trabalhadores do setor e do município nos níveis de escolaridade expressas em diferenças de percentuais. Assim, por exemplo, considera-se o percentual dos trabalhadores, dentre os do setor e do município, que, em 2005, tinham a 8ª série incompleta, subtraindo-se desse percentual aquele referente aos trabalhadores, com as mesmas características, só que relativo ao ano de 1996. O mesmo procedimento foi aplicado a todos os níveis de escolaridade. Nas regressões somente foram incluídas as diferenças referentes aos níveis da 8ª série incompleta até o superior. A inclusão de todos os níveis resultaria em multicolinearidade perfeita entre essas variáveis;

(2) mudança percentual no salário médio ou *per capita* do trabalhador do setor e município de 1996 a 2005;

(3) a dimensão do setor no município, expressa em número de trabalhadores em 2005;

(4) a expansão do setor no município em termos de variação percentual do número de trabalhadores assalariados, existentes no mesmo, de 1996 a 2005.

⁵ Índice de Gini de 2005 menos o índice de Gini de 1996.

RESULTADOS

Mudanças nos índices de Gini da distribuição de salários e da escolaridade nos setores de serviços

Foram estimadas regressões Cross-section usando Mínimos Quadrados Ordinários das variações nos índices de Gini da distribuição dos salários e dos níveis de escolaridade em relação a cada um dos onze setores de serviços (Tabela 5).

Houve redução (entre parênteses) no índice de Gini da distribuição dos salários, de 1996 para 2005, na Administração Técnica Profissional (0,06), no Comércio de Varejo (0,06), no Transporte e Comunicações (0,04), na Construção Civil (0,03), no Comércio de Atacado (0,02) e na Medicina, Odontologia e Veterinária (0,01). Examinando-se as Tabelas 9 a 14, no anexo, observa-se que os aumentos nas participações percentuais dos trabalhadores na faixa salarial de um a três salários mínimos, nesses setores, foram, respectivamente, iguais a 24, 21, 34, 13, 24 e 17 pontos percentuais. Houve diminuição na participação dos trabalhadores nas faixas salariais superiores. Isto significa que a maior igualdade na distribuição dos salários ocorreu devido a uma convergência salarial para níveis mais baixos.

Esses seis setores apresentaram, em 2005, salários médios baixos, relativamente aos de outros setores. Assim esses salários médios (entre parênteses), em número de salários mínimos, foram: Administração Técnica Profissional (2,99), Comércio de Varejo (2,31), Transporte e Comunicações (3,70), Construção Civil (2,90), Comércio de Atacado (3,07) e Medicina, Odontologia e Veterinária (4,24). (Vide Tabela 4). Portanto, a convergência dos trabalhadores para um salário na faixa de um a três salários mínimos aproxima um grande número deles do salário médio, reduzindo o índice de Gini.

Os setores que apresentaram elevação (indicada entre parênteses) nos índices de Gini da distribuição dos salários foram os de Instituições Financeiras (0,07), Serviços de Utilidade Pública (0,07), Ensino (0,05) e Administração Pública (0,02). Com base nas Tabelas 9, 12 e 13, no anexo, constata-se que os aumentos nas participações percentuais dos trabalhadores na faixa salarial de um a três salários mínimos, nesses setores, foram, respectivamente, iguais a 8, 16, 12 e 12. Esses aumentos, nas participações dos trabalhadores nas faixas mais baixas de salários, foram menores do que aqueles em que houve redução do índice de Gini.

Esses quatro setores apresentam salários médios, em 2005, acima da faixa de um a três salários mínimos. Esses salários médios (entre parênteses), em salários mínimos, foram: Instituições Financeiras (9,55), Serviços de Utilidade Pública (6,82), Ensino (6,16) e Administração Pública (5,28). (Vide Tabela 4). Assim a convergência dos trabalhadores para um salário na faixa de um a três salários mínimos, mesmo sendo menos acentuada do que no caso do primeiro conjunto de seis setores, afastou

os mesmos do salário médio de cada setor, aumentando o índice de Gini da distribuição dos salários.

Tabela 5 – Índices de Gini da distribuição dos salários e dos níveis de escolaridade dos trabalhadores nos serviços do Rio Grande do Sul em 1996 e 2005.

Setor de serviços	Índice de Gini referente aos salários			Índice de Gini referente à escolaridade		
	1996	2005	Diferença	1996	2005	Diferença
Administração pública	0,42	0,44	0,02	0,26	0,18	-0,08
Administração técnica profissional	0,45	0,39	-0,06	0,26	0,18	-0,08
Alojamento, alimentação e mídia.	0,43	0,43	0,00	0,28	0,19	-0,09
Comércio de atacado	0,40	0,38	-0,02	0,23	0,17	-0,06
Comércio de varejo	0,37	0,31	-0,06	0,20	0,14	-0,06
Construção civil	0,35	0,32	-0,03	0,32	0,24	-0,08
Ensino	0,44	0,49	0,05	0,18	0,11	-0,07
Instituições financeiras	0,30	0,37	0,07	0,11	0,08	-0,03
Medicina, odontologia e veterinária.	0,44	0,43	-0,01	0,22	0,13	-0,09
Serviços de utilidade pública.	0,37	0,44	0,07	0,27	0,21	-0,06
Transporte e comunicação	0,37	0,33	-0,04	0,24	0,17	-0,07

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Os índices de Gini referentes aos níveis de escolaridade diminuíram em todos os setores de serviços (Tabela 5). As Tabelas 9 a 14 do anexo mostram que dentre os setores em que os maiores aumentos (indicados entre parênteses) nas participações percentuais dos trabalhadores por nível de escolaridade, de 1996 a 2005, foram no 2º grau completo, encontram-se os da Administração Técnica Profissional (18); Alojamento, Alimentação e Mídia (16); Comércio de Atacado (17); Comércio de Varejo (23); Medicina, Odontologia e Veterinária (25); e Transporte e Comunicações (17). Portanto, nesses setores houve convergência da distribuição da escolaridade em direção ao nível de escolaridade com a maior concentração de trabalhadores, contribuindo para a redução do índice de Gini.

Dentre os setores em que os maiores aumentos (indicados entre parênteses) nas participações percentuais foram no curso superior completo encontram-se a Administração Pública (26), Ensino (12) e Instituições Financeiras (21). (Vide Tabelas 9 e 12 do anexo). Nesses setores, também, o maior percentual é o de trabalhadores

com curso superior completo (Tabela 8). Portanto, nos mesmos ocorreu, igualmente, convergência da distribuição da escolaridade em direção ao nível com a maior concentração de trabalhadores, levando à redução do índice de Gini.

Nos Serviços de Utilidade Pública as maiores elevações nas participações percentuais foram no 2º grau completo (8) e superior completo (11), conforme Tabela 13. A participação percentual dos trabalhadores em 2005 se concentrava nesses dois níveis de escolaridade (Tabela 8).

Portanto, na Administração Pública, Ensino, Instituições Financeiras e em parte nos Serviços de Utilidade Pública, é destacada a importância do curso superior completo para uma maior homogeneidade na escolaridade dos trabalhadores. São esses quatro setores os que em 2005 apresentam os maiores salários médios, conforme visto acima. Nos demais setores a escolaridade de 2º grau completo contribuiu para uma maior uniformidade nos níveis de escolaridade dos trabalhadores de 1996 para 2005.

Resultados das Regressões

Através de regressões estatísticas examinam-se se algumas variáveis como nível de escolaridade, variação percentual do salário *per capita*, dimensão e expansão do setor no município, de 1996 a 2005, em termos de número de trabalhadores empregados, possam explicar as mudanças no índice de Gini da distribuição dos salários nos serviços. Os resultados estão apresentados na Tabela 6. Nessas regressões estatísticas são excluídos os municípios com menos de cinco trabalhadores assalariados no setor respectivo.

De 1996 a 2005 praticamente não houve influência da escolaridade de 8ª série incompleta ou completa sobre as mudanças no índice de Gini da distribuição dos salários. A única exceção é o impacto da escolaridade de 8ª série incompleta que influencia positivamente a mudança no índice de Gini dos salários no setor de Alojamento, Alimentação e Mídia. O sinal positivo dessa influência se explicaria porque o salário médio nesse setor variou de 3,40 a 2,64 salários mínimos, nesse período, enquanto o salário médio do trabalhador com 8ª série incompleta variou de 2,50 a 1,77 salários mínimos (Tabela 4). Portanto, esse nível de escolaridade levaria o trabalhador a ter um salário distinto da média setorial, aumentando a desigualdade, ou seja, o índice de Gini.

O nível de escolaridade de 2º grau incompleto influenciou positivamente a mudança no índice de Gini na Administração Pública, no Alojamento, Alimentação e Mídia e em Transportes e Comunicações. Nesses três setores, de 1996 a 2005, as variações nos salários médios totais, em número de salários mínimos, foram, respectivamente, de 6,17 a 5,28, de 3,40 a 2,64 e de 6,39 a 3,70 (Tabela 4). Os

salários médios dos trabalhadores com 2º grau incompleto atingiram em 2005, em cada um desses setores, um patamar inferior, ou seja, variaram, respectivamente, de 6,40 a 4,00, de 3,28 a 1,89 e de 6,35 a 3,08. Assim, esse nível de escolaridade também contribuiu para uma maior dispersão dos salários, ou o aumento do índice de Gini.

O coeficiente do impacto da escolaridade de 2º grau completo sobre a mudança no índice de Gini, na Administração Pública, é negativo, apesar de a redução do salário médio do trabalhador com essa escolaridade ter sido maior (até 4,31) do que a do salário médio total do setor que caiu somente até 5,28 salários mínimos (Tabela 4). O impacto desse mesmo nível de escolaridade sobre o índice de Gini em Serviços de Utilidade Pública é negativo. Nesse setor o salário médio do trabalhador com essa escolaridade não caiu abaixo da média do salário total, permanecendo em 7,36 salários mínimos, enquanto o salário médio setorial baixou até 6,82. Assim, esse nível de escolaridade contribuiu para uma maior uniformidade dos salários nesse setor.

Tabela 6 - Efeitos das mudanças nas participações (em percentuais) dos trabalhadores nos níveis de escolaridade, no salário *per capita* e no número de trabalhadores e da dimensão do setor no município sobre a variação no índice de Gini da distribuição de salários.

Variáveis	Coef Sig Est	Setores de serviços										
		Administração pública	Administração técnica profissional	Alojamento, alimentação e mídia.	Comércio de atacado	Comércio de varejo	Construção civil	Ensino	Instituições financeiras	Medicina, odontologia e veterinária.	Serviços de utilidade pública	Transportes e comunicações
Constante	Coef	0,020	-0,042	-0,047		-0,045	-0,038	- 0,026	-0,07		-0,02	-0,055
	S.E.*	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,04	0,00		0,10	0,00
8ª série incompleta	Coef			0,001								
	S. E.			0,00								
8ª série completa	Coef											
	S. E.											
2º grau in- completo	Coef	0,001		0,001								0,001
	S. E.	0,06		0,01								0,08
2º grau Completo	Coef	-0,001	0,001	0,001							-0,002	0,001
	S. E.	0,08	0,02	0,09							0,01	0,01
Superior incompleto	Coef			0,003								
	S. E.			0,02								
Superior completo	Coef			0,003	0,002		0,004			0,003	-0,002	
	S. E.			0,00	0,08		0,09			0,00	0,08	
Var. Per. salário <i>per</i> <i>capita</i>	Coef	-4,9E-05	0,001	0,002	0,001	0,001	0,001		-3,6E-3	0,002	-0,001	
	S. E.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	
Total trabalhado- res. 2005	Coef	1,2E-7	5,0E-7	1,6E-6		8,2E-7		8,5E- 6	3E-6		1,8E-5	
	S. E.	0,07	0,06	0,04		0,01		0,04	0,00		0,00	

Var. Per. nº de trabalhadores	Coef			9,7E-6				2E-4				-8,9E-5
	S. E.			0,00				0,02				0,00
R ² ajustado		0,31	0,29	0,40	0,23	0,14	0,31	0,24	0,46	0,31	0,23	0,16
Nº observ.		421	177	255	260	367	172	133	238	240	165	213

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

*Nota: S.E. é a significância estatística do coeficiente. Somente são apresentados os coeficientes estatisticamente significantes a 10%. Foram considerados somente municípios com mais de cinco trabalhadores no setor

O impacto da escolaridade de 2º grau completo sobre as mudanças no índice de Gini da distribuição de salários foi positivo na Administração Técnica Profissional, no Alojamento, Alimentação e Mídia e nos Transportes e Comunicações. Nesses três setores, de 1996 a 2005, as variações nos salários médios totais, em número de salários mínimos, foram, respectivamente, de 4,54 a 2,99, de 3,40 a 2,64 e de 6,39 a 3,70 (Tabela 4). Os salários médios dos trabalhadores com o 2º grau completo variaram, em cada um desses setores, respectivamente, de 4,83 a 2,71, de 4,24 a 2,47 e de 8,21 a 3,59. Portanto, nos três setores os salários médios dos trabalhadores com essa escolaridade terminaram em um patamar abaixo do nível médio total, contribuindo positivamente para uma maior dispersão dos salários, ou seja, aumento do índice de Gini.

O nível de escolaridade superior incompleto influenciou positivamente a mudança no índice de Gini da distribuição de salários no setor de Alojamento, Alimentação e Mídia. A variação no salário médio desse setor, de 1996 a 2005, foi de 3,40 a 2,64, portanto, uma queda de 0,76 salários mínimos (Tabela 4). A mudança no salário médio do trabalhador com essa escolaridade foi de 6,22 a 3,78, ou seja, queda de 2,44 salários mínimos. Assim, a variação ou queda maior do salário médio do trabalhador com essa escolaridade, em comparação à do salário médio do setor, poderia explicar o efeito positivo dessa escolaridade sobre a mudança do índice de Gini.

A escolaridade correspondente ao nível superior completo influenciou positivamente as mudanças no índice de Gini em Alojamento, Alimentação e Mídia, no Comércio de Atacado, na Construção Civil e na Medicina, Odontologia e Veterinária. As reduções nos salários médios totais desses setores foram, respectivamente, 0,76 (de 3,40 a 2,64), 1,3 (de 4,37 a 3,07), 0,70 (de 3,60 a 2,90) e 1,39 (de 5,63 a 4,24). (Vide Tabela 4). As quedas nos salários médios dos trabalhadores com essa escolaridade foram, respectivamente, 2,34 (de 9,22 a 6,88), 3,75 (de 12,06 a 8,31), 3,76 (de 11,99 a 8,23) e 3,73 (de 13,71 a 9,98). As variações nos salários médios dentro dessa escolaridade foram muito maiores do que as mudanças nos salários médios setoriais, o que pode explicar o efeito positivo desse nível de escolaridade sobre a mudança no índice de Gini.

Por outro lado, o nível de escolaridade superior completo teve um efeito negativo sobre a mudança no índice de Gini em Serviços de Utilidade Pública, apesar de a variação do salário médio setorial ter sido de 2,21 salários mínimos (de 9,03 a 6,82) enquanto a do salário médio do trabalhador, com essa escolaridade, ter sido também maior, ou seja, 5,44 (de 16,26 a 10,82).

Constatou-se, portanto, que em geral, quando a queda no salário médio do trabalhador com uma dada escolaridade foi maior do que a redução salarial no total do setor ou ela foi até um patamar inferior ao do salário setorial médio, esse nível de escolaridade exerceu um impacto positivo sobre o índice de Gini. Isto significa que ele

contribuiu para uma maior desigualdade na distribuição salarial. Em caso contrário, o impacto da escolaridade foi negativo, ou seja, no sentido de redução da desigualdade salarial. Ocorreram duas exceções a essa explicação para o sentido dos impactos da escolaridade.

O efeito da variação percentual do salário *per capita* sobre a mudança do índice de Gini da distribuição dos salários foi negativo na Administração Pública, em Instituições Financeiras e em Serviços de Utilidade Pública. Esses eram os setores que, juntamente com o do Ensino, apresentavam em 2005 os maiores salários médios por trabalhador (Tabela 4). Portanto, esses setores estariam na fase decrescente da Curva de Kuznets.

O impacto da variação percentual do salário *per capita* sobre a mudança do índice de Gini da distribuição dos salários foi positivo nos setores da Administração Técnica Profissional, do Alojamento, Alimentação e Mídia, do Comércio de Atacado, do Comércio de Varejo, da Construção Civil e da Medicina, Odontologia e Veterinária. Com exceção desse último setor, os demais apresentavam em 2005 os menores níveis de salário médio por trabalhador. Esses setores estariam na fase crescente da Curva de Kuznets.

Quanto ao número total de trabalhadores do setor empregados no município, em 2005, verifica-se que essa variável apresenta um impacto positivo sobre o índice de Gini da distribuição dos salários na Administração Pública, na Administração Técnica Profissional, no Alojamento, Alimentação e Mídia, no Comércio de Varejo, no Ensino, nas Instituições Financeiras e nos Serviços de Utilidade Pública. Nesses setores, quanto maior o número de trabalhadores empregados no município, mais desigual seria a distribuição dos salários. A explicação para isto poderia ser o fato de que cargos mais elevados, com remuneração mais alta, num determinado município, somente se justificariam quando o setor empregasse um número elevado de trabalhadores.

A expansão do setor em um determinado município, entre 1996 e 2005, expressa como a variação percentual do número de trabalhadores empregados, apresentou um impacto positivo sobre o índice de Gini nos setores de Alimentação, Alojamento e Mídia e no de Ensino. O impacto foi negativo em Transportes e Comunicações.

A explicação para o efeito positivo da expansão dos setores sobre o índice de Gini poderia ser o fato de o aumento do número de trabalhadores ter ocorrido em um nível salarial distinto do nível de salário médio. Assim, de 1996 a 2005 o salário médio do setor de Alojamento, Alimentação e Mídia variou de 3,40 para 2,64 salários mínimos (Tabela 4). O maior aumento no número de trabalhadores, em termos percentuais, ocorreu em uma faixa distinta, ou seja, na de um a dois salários mínimos (Tabela 10 no anexo). O salário médio do Ensino variou de 6,92 para 6,16 salários mínimos (Tabela 4) enquanto todos os aumentos de trabalhadores, em termos

percentuais, ocorreram em faixas salariais abaixo de três salários mínimos (Tabela 12 do anexo).

Quanto ao efeito negativo da expansão do setor de Transportes e Comunicações, verifica-se que no mesmo houve grande aumento percentual dos trabalhadores na faixa de dois a três salários mínimos e grande redução na faixa de cinco a dez salários mínimos (Tabela 14). Portanto, houve convergência para o nível do salário médio de 2005 que era de 3,70 salários mínimos (Tabela 4).

CONCLUSÕES

A pesquisa desenvolvida permite extrair três grupos de conclusões e um conjunto de questões e recomendações para estudos futuros.

O primeiro grupo de conclusões é fruto da análise geral dos dados e da comparação entre os períodos estudados. Essa análise evidencia que:

- aumentou o número de trabalhadores recebendo até três salários mínimos, sendo esse aumento mais significativo no grupo que recebe até dois salários mínimos;
- o número de trabalhadores que recebiam acima de cinco salários mínimos diminuiu;
- o nível médio de escolaridade dos trabalhadores gaúchos ocupados nos serviços aumentou entre os dois períodos;
- houve redução no número de trabalhadores analfabetos e com ensino fundamental incompleto e também dos trabalhadores com ensino superior completo;

Os índices de Gini da distribuição dos salários e da educação mostram que tanto a desigualdade salarial quanto a educacional se alteraram ao longo do período. Porém, essas alterações, em alguns setores são decorrentes de movimentos antagônicos, uma vez que a redução na desigualdade salarial é decorrência de uma redução no número de salários mínimos recebidos pelos trabalhadores e a redução na desigualdade educacional é fruto do aumento no nível médio de escolaridade. Essa conclusão parece indicar para um retorno negativo da acumulação de capital humano o que exige investigações mais detalhadas. Os setores que foram os principais responsáveis pelas alterações nos índices de Gini são: Administração Técnica Profissional, Comércio de Varejo, Transportes e Comunicações, Construção Civil, Comércio de Atacado e na Medicina, Odontologia e Veterinária que intensificaram a absorção de trabalhadores recebendo de um a três salários mínimos e reduções nas participações nas faixas salariais superiores.

Nas Instituições Financeiras, nos Serviços de Utilidade Pública, no Ensino e na Administração Pública houve aumento na desigualdade em decorrência de uma maior participação de trabalhadores nas faixas mais baixas de salários, embora essas elevações tenham sido menores do que as dos setores em que houve reduções do índice de Gini. Esses quatro setores, porém, apresentam salários médios, em 2005, acima da faixa de um a três salários mínimos. Portanto, a convergência dos trabalhadores para um salário na faixa de um a três salários mínimos, ocorrida nesses quatro setores, mesmo sendo menos acentuada do que no caso do primeiro conjunto de seis setores acima, afastou os trabalhadores do salário médio de cada setor, aumentando o índice de Gini da distribuição dos salários.

Os índices de Gini referentes aos níveis de escolaridade diminuíram em todos os setores de serviços. Os setores com os maiores aumentos nas participações percentuais dos trabalhadores no 2º grau completo foram a Administração Técnica Profissional, o do Alojamento, Alimentação e Mídia, Comércio de Atacado, Comércio de Varejo, o da Medicina, Odontologia e Veterinária e o dos Transportes e Comunicações.

Dentre os setores com os maiores aumentos nas participações percentuais no curso superior completo encontram-se a Administração Pública, o Ensino e as Instituições Financeiras. Nesses, também, o maior percentual é o de trabalhadores com curso superior completo. Portanto, nos mesmos ocorreu, igualmente, convergência da distribuição da escolaridade em direção ao nível com a maior concentração de trabalhadores, resultando também na redução do índice de Gini.

Nos Serviços de Utilidade Pública as maiores elevações nas participações percentuais foram no 2º grau completo e superior completo e a participação percentual dos trabalhadores em 2005 se concentrava nesses dois níveis de escolaridade.

Portanto, na Administração Pública, no Ensino, nas Instituições Financeiras e em parte nos Serviços de Utilidade Pública, a maior homogeneidade na escolaridade dos trabalhadores ocorreu em direção ao curso superior completo. E são também esses quatro setores que em 2005 apresentaram os maiores salários médios por trabalhador. Nos demais setores a escolaridade de 2º grau completo contribuiu para uma maior uniformidade nos níveis de escolaridade dos trabalhadores de 1996 para 2005.

O terceiro grupo de conclusões é originário das regressões que buscam explicar os determinantes nas variações na desigualdade salarial e educacional. Os efeitos das mudanças na escolaridade dos trabalhadores sobre a desigualdade na distribuição dos salários, ou seja, sobre a variação do índice de Gini dos salários de 1996 a 2005, são, em geral positivos. Isto significa que em doze, dentre as quinze situações em que esses efeitos são estatisticamente significantes, o aumento na participação percentual

dos trabalhadores em certo nível de escolaridade aumenta o índice de Gini da distribuição dos salários, ou seja, torna essa distribuição mais desigual.

O impacto positivo da mudança na participação dos trabalhadores em certo nível de escolaridade sobre o índice de Gini ocorreu quando a queda no salário médio do trabalhador com essa escolaridade foi maior do que a redução salarial no total do setor, ou então, ela foi até um patamar inferior ao do salário médio do setor. Isto significa que essa escolaridade contribuiu para uma maior desigualdade na distribuição salarial. Em caso contrário, o impacto da escolaridade foi negativo, ou seja, no sentido de redução da desigualdade salarial.

O número total de trabalhadores do setor empregados no município, em 2005, apresentou um impacto positivo sobre o índice de Gini da distribuição dos salários na Administração Pública, na Administração Técnica Profissional, no Alojamento, Alimentação e Mídia, no Comércio de Varejo, no Ensino, nas Instituições Financeiras e nos Serviços de Utilidade Pública. Assim, quanto maior o número de trabalhadores empregados no município, mais desigual seria a distribuição dos salários. A explicação para isto poderia ser o fato de que cargos mais elevados, com remuneração mais alta, num determinado município, somente se justificariam quando o setor empregasse um número elevado de trabalhadores.

A expansão do setor em um determinado município, entre 1996 e 2005, expressa em termos da variação percentual do número de trabalhadores empregados, impactou positivamente sobre o índice de Gini nos setores da Alimentação, Alojamento e Mídia e no do Ensino e negativamente no de Transportes e Comunicações. A explicação para o efeito positivo nos dois primeiros casos pode ser o fato de o aumento do número de trabalhadores ter ocorrido em um nível salarial distinto do nível correspondente ao salário setorial médio. O efeito negativo da expansão do setor de Transportes e Comunicações pode ser devido ao fato de o aumento percentual dos trabalhadores ter sido na direção do salário setorial médio; portanto, houve convergência.

Os resultados encontrados suscitam algumas questões importantes a serem aprofundadas e respondidas em estudos futuros, tais como: A redução no número médio de salários mínimos recebidos pelos trabalhadores estaria ou não afetando o poder aquisitivo dos gaúchos ocupados nos serviços? Caso sim, isso significa que está ocorrendo um empobrecimento com aumento de capital humano e conseqüentemente um retorno negativo dos investimentos em escolaridade? Ou o que ocorreu foi apenas uma adaptação e ocorreu ganho real do salário mínimo suficiente para compensar a queda no número de salários recebidos? O aumento no nível médio de escolaridade é resultado de investimentos em educação e qualificação dos trabalhadores já ocupados ou é substituição de trabalhadores de baixa qualificação por trabalhadores com nível de escolaridades mais elevado?

The service sector employment and labor income inequality dynamics in Rio Grande do Sul between 1996 and 2005.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to understand the employment and income dynamics in the services, in the State of Rio Grande do Sul, from 1996 to 2005. The source of the data used is RAIS (from the Ministry of Labor) and the analysis deals with Gini index and Cross-section regressions. The results show increase in the number of formal workers in the majority of the state's services sectors, with the exception of two. But, this does not characterize a stage of economic development, because the number of workers augmented in the low income levels, up to two minimum wages, while, in higher income levels, above five minimum wages, it diminished. During the same period the number of workers with higher schooling increased and the number of those with lower schooling decreased. Thus, the conclusion is that a reduction occurred in the average number of minimum wages received by the worker, in each of the schooling levels.

Keywords: Inequality, wage, services

BIBLIOGRAFIA

- BAGOLIN, I. P.; GABE, J.; RIBEIRO, E. P. Crescimento e Desigualdade no Rio Grande do Sul: Uma Revisão da Curva de Kuznets para os Municípios Gaúchos (1970-1991). In: *2o Encontro de Economia Gaúcha*, 2004, 2004, Porto Alegre. Anais do 2o EEG. Porto Alegre. FEE, 2004. v.1
- Berni, D. de A. et. al. (2002). *A Desigualdade Económica do Rio Grande do Sul*. Primeiras Investigações sobre a Curva de Kuznets. 1º Encontro de Economia Gaúcha (EEG). Porto Alegre. Anais... Cd Room
- FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. FEE, 2007 (Indicadores FEE www.fee.che.gov.br)
- Fields, G. S. *Poverty, inequality and development*. New York. Cambridge Press. 1980.
- Fields, Gary S. (2001). *Distribution and Development: a new look at the developing world*. MIT Press. Cambridge, Massachusetts London, England.
- Hoffmann, R. *Estatística para Economistas*. Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. São Paulo. SP. 1998.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. www.ipea.gov.br. 2008

- Oliveira, Júlio César de (2001). *Desenvolvimento Humano, Desigualdade de Renda e Pobreza nos Conselhos Regionais e Municípios do Rio Grande do Sul entre 1970 e 1991*. Porto Alegre: PPGE/UFRGS. Tese de Doutorado, Economia, não publicada.
- Ray, Debraj. (1998). *Development Economics*. Princeton University Press. Princeton, New Jersey, United States of America.
- RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho e Emprego.

ANEXO

Tabela 7 – Percentuais de trabalhadores por faixa salarial, em cada setor de serviços, e salário médio (em salários mínimos) em 2005.

Setor de serviços	Faixa salarial (em salários mínimos)						Salário médio
	Até 1,00	1,01 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 5,00	5,01 a 10,00	Mais de 10,00	
Administração pública	0,6	20,5	22,1	25,1	20,7	11,0	5,28
Administração técnica profissional	5,5	42,0	26,0	16,4	6,8	3,3	2,99
Alojamento, alimentação e mídia.	8,5	57,0	15,0	9,5	6,6	3,3	2,64
Comércio de atacado	2,5	43,7	27,2	15,6	7,8	3,2	3,07
Comércio de varejo	4,5	57,9	22,2	10,6	3,8	1,1	2,31
Construção civil	1,4	38,2	33,3	18,5	6,8	1,8	2,90
Ensino	5,0	20,5	16,4	20,3	20,1	17,7	6,16
Instituições financeiras	0,5	6,5	5,6	16,9	33,2	37,3	9,55
Medicina, odontologia e veterinária.	1,8	28,8	26,6	20,8	14,2	7,8	4,24
Serviços de utilidade pública.	1,6	20,4	8,7	18,0	31,5	19,8	6,82
Transporte e comunicações	1,8	19,6	31,7	32,5	10,9	3,5	3,70

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Tabela 8 – Percentuais de trabalhadores por nível de escolaridade em cada setor de serviços em 2005.

Setor de serviços	Nível de escolaridade								
	Analfa-beto.	4ª série incomp	4ª série comp	8ª série incomp	8ª série comp	2º grau incomp	2º grau comp	Superior incomp	Sup. Comp
Administração pública	0,3	3,0	3,7	7,3	10,2	4,3	28,2	6,5	36,5
Administração técnica profissional	0,4	2,9	4,3	13,4	18,3	9,2	36,0	8,7	6,8
Alojamento, alimentação e mídia.	0,4	2,7	5,1	14,6	21,3	12,0	28,3	5,7	9,9
Comércio de atacado	0,3	2,7	4,9	14,6	17,8	12,1	34,7	7,6	5,2
Comércio de varejo	0,1	1,2	2,9	11,1	17,9	16,1	42,1	5,4	3,1
Construção civil	0,8	9,4	11,0	27,2	22,5	7,5	16,7	2,2	2,8
Ensino	0,2	1,1	1,4	4,0	4,3	3,1	17,9	11,2	56,9
Instituições financeiras	0,0	0,1	0,1	0,6	1,2	2,5	24,5	22,8	48,1
Medicina, odontologia e veterinária.	0,1	1,0	1,8	5,8	9,7	7,8	49,6	7,0	17,1
Serviços de utilidade pública.	0,4	4,0	4,6	15,2	12,5	5,9	30,0	6,1	21,3
Transporte e comunicações	0,2	2,2	4,6	17,8	26,1	10,3	29,7	5,0	4,0

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Tabela 9 - Diferenças dos percentuais de trabalhadores por níveis de salários mínimos e de escolaridade nos setores de serviços de administração pública e administração técnica profissional no Rio Grande Sul. Percentual de trabalhadores em 2005 menos o percentual em 1996 no respectivo nível.

Escola- ridade	Administração pública							Administração técnica profissional						
	Nível salarial							Nível salarial						
	Até 1,0	1,01 a 2	2,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	Mais de 10	total	Até 1,0	1,01 A 2	2,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	Mais de 10	Total
Analf.	- 0	-0	-0	-0	-0	-0	-1	- 0	-0	-0	-1	-0	-0	-2
4ª serie incomp	0	-0	-1	-1	-1	-0	-4	- 0	-1	-1	-1	-1	-0	-4
4ª serie comp	0	-1	-2	-4	-3	-1	10	- 1	-2	-2	-3	-1	-0	-8
8ª serie incomp	0	1	-3	-6	-3	-2	13	0	1	-1	-4	-3	-0	-7
8ª serie comp	0	2	-4	-5	-5	-5	17	0	4	2	-2	-2	-1	2
2º grau Incomp	0	1	0	0	-1	-0	-0	- 0	1	0	-1	-1	-0	-0
2º grau Comp	0	5	4	3	2	0	15	0	13	6	2	-1	-1	18
Super Incomp	0	1	1	1	1	0	4	0	2	1	0	-0	-1	2
Super Comp	0	2	5	7	7	4	26	- 0	1	1	1	0	-1	1
Total	0	11	1	-5	-3	-4	0	- 0	18	6	-9	-9	-5	0

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego.

Tabela 10 - Diferenças dos percentuais de trabalhadores por níveis de salários mínimos e de escolaridade no setor de alojamento e comunicação e no de comércio de atacado no Rio Grande Sul. Percentual de trabalhadores em 2005 menos o percentual em 1996 no respectivo nível.

Escolaridade	Alojamento, alimentação e mídia.							Comércio de atacado						
	Nível salarial							Nível salarial						
	Até 1,0	1,01 a 2	2,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	Mais de 10	total	Até 1,0	1,01 a 2	2,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	Mais de 10	Total
Analf.	-0	-1	-0	-1	-0	-0	-2	-0	-0	-0	-0	-0	-0	-1
4ª serie incomp	-1	-2	-2	-1	-0	-0	-6	0	0	-1	-1	-1	-0	-3
4ª serie comp	-1	-4	-3	-1	-1	-0	-9	-0	-0	-3	-3	-1	-0	-7
8ª serie incomp	-0	-0	-4	-2	-1	-0	-8	-0	2	-3	-5	-2	-0	-8
8ª serie comp	1	7	-2	-1	-1	-0	3	0	5	-1	-3	-2	-1	-2
2º grau Incomp	1	4	-1	-1	-1	-0	2	0	4	-1	-2	-1	-1	-1
2º grau Comp	2	13	2	0	-0	-0	16	0	13	5	1	-1	-1	17
Super Incomp	0	1	1	0	-0	-0	2	0	2	1	1	0	-1	3
Super Comp	0	1	1	1	1	0	4	0	0	0	1	1	-0	2
Total	2	18	-9	-6	-3	-2	0	0	26	-2	-12	-8	-4	0

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Tabela 11 - Diferenças dos percentuais de trabalhadores por níveis de salários mínimos e de escolaridade no setor de comércio de varejo e no da construção civil no Rio Grande Sul. Percentual de trabalhadores em 2005 menos o percentual em 1996 no respectivo nível.

Escola- ridade	Comércio de varejo							Construção civil						
	Nível salarial							Nível salarial						
	Até 1,0	1,01 a 2	2,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	Mais de 10	total	Até 1,0	1,01 a 2	2,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	Mais de 10	Total
Analf.	-0	-0	-0	-0	-0	-0	-1	-0	-0	-1	-1	-0	-0	-2
4ª serie incomp	-0	-0	-1	-1	-0	-0	-2	-0	-2	-5	-4	-2	-0	-12
4ª serie comp	-0	-1	-2	-2	-1	-0	-6	-0	-1	-4	-4	-2	-0	-12
8ª serie incomp	-1	0	-5	-4	-2	-0	-12	-0	5	1	-1	-2	-0	3
8ª serie comp	-0	5	-4	-3	-2	-0	-4	-0	6	3	1	-0	-0	9
2º grau incomp	1	5	-2	-2	-1	-0	0	0	2	1	0	-0	-0	3
2º grau comp	1	21	3	-0	-1	-1	23	0	4	4	2	0	-0	10
Super Incomp	0	2	0	0	-0	-0	2	-0	0	0	0	0	-0	1
Super comp	-0	0	0	0	0	-0	1	0	0	0	0	0	-0	1
Total	0	33	-12	-11	-8	-3	0	-0	13	0	-6	-5	-2	0

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Tabela 12 - Diferenças dos percentuais de trabalhadores por níveis de salários mínimos e de escolaridade nos setores de ensino e de instituições financeiras no Rio Grande Sul. Percentual de trabalhadores em 2005 menos o percentual em 1996 no respectivo nível.

Escola- ridade	Ensino							Instituições financeiras						
	Nível salarial							Nível salarial						
	Até 1,0	1,01 a 2	2,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	Mais de 10	total	Até 1,0	1,01 a 2	2,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	Mais de 10	Total
Analf.	-0	-0	-0	-0	-0	-0	-1	0	-0	-0	-0	-0	-0	-0
4ª serie incomp	-0	-0	-0	-1	-0	-0	-2	-0	-0	-0	-0	-0	-0	-0
4ª serie comp	-0	-0	-1	-1	-1	-0	-3	-0	0	-0	-0	-0	-0	-1
8ª serie incomp	-0	-0	-1	-2	-1	-1	-4	0	0	-0	-0	-1	-0	-1
8ª serie comp	-0	-0	-0	-2	-2	-2	-7	0	0	-0	-0	-1	-1	-3
2º grau incomp	-0	0	0	-0	-1	-0	-1	0	0	-0	-0	-1	-3	-4
2º grau Comp	0	5	2	-1	-2	-1	4	0	3	2	2	-4	-15	-12
Super Incomp	0	2	2	1	-2	-1	2	0	1	2	4	2	-9	0
Super comp	2	3	2	2	1	2	12	0	0	1	6	12	3	21
Total	2	9	3	-5	-7	-2	0	0	5	3	11	6	-26	0

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego

Tabela 13 - Diferenças dos percentuais de trabalhadores por níveis de salários mínimos e de escolaridade no setor de medicina, odontologia e veterinária e no setor de serviços de utilidade pública no Rio Grande Sul. Percentual de trabalhadores em 2005 menos o percentual em 1996 no respectivo nível.

Escola- ridade	Medicina, odontologia e veterinária							Serviços de utilidade pública						
	Nível salarial							Nível salarial						
	Até 1,0	1,01 a 2	2,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	Mais de 10	total	Até 1,0	1,01 a 2	2,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	Mais de 10	Total
Analf.	-0	-0	-0	-0	-0	-0	-1	-0	0	-0	-1	-0	-0	-2
4ª serie incomp	-0	-1	-1	-1	-0	-0	-3	0	1	-1	-2	-2	-1	-4
4ª serie comp	-0	-1	-2	-1	-1	-0	-5	-0	2	-1	-3	-4	-2	-8
8ª serie incomp	-0	0	-4	-4	-2	-1	-10	0	6	0	-2	-4	-3	-2
8ª serie comp	-0	1	-2	-4	-2	-2	-9	0	4	0	-0	-2	-2	-0
2º grau incomp	-0	1	-1	-3	-1	-1	-5	0	1	-0	-1	-2	-2	-4
2º grau comp	0	12	11	4	-0	-1	25	0	3	1	4	3	-3	8
Super Incomp	0	1	1	0	-0	-0	3	-0	0	0	1	-0	-0	1
Super comp	0	0	1	2	2	-1	4	-0	0	0	3	6	1	11
Total	0	14	3	-7	-5	-6	0	1	17	-1	-0	-6	-12	0

Fonte: RAIS-Ministério do Trabalho e Emprego

Tabela 14 - Diferenças dos percentuais de trabalhadores por níveis de salários mínimos e de escolaridade no setor de transporte e comunicações no Rio Grande Sul. Percentual de trabalhadores em 2005 menos o percentual em 1996 no respectivo nível.

Escolaridade	Transporte e comunicações						
	Nível salarial						
	Até 1,0	1,01 a 2	2,01 a 3	3,01 a 5	5,01 a 10	Mais de 10	total
Analfabeto.	0	-0	-0	-1	-1	-0	-2
4ª serie incomp	-0	-0	-0	-1	-2	-0	-3
4ª serie comp	-0	0	-0	-3	-5	-1	-9
8ª serie incomp	0	2	2	-5	-10	-2	-12
8ª serie comp	0	4	6	2	-4	-1	7
2º grau Incomp	0	2	2	-0	-2	-1	1
2º grau comp	0	6	9	5	-0	-2	17
Superior Incompleto	0	1	1	1	0	-1	2
Superior comp.	0	0	0	0	0	-0	0
Total	1	14	20	-2	-24	-9	0

Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego